



B1

ISSN: 2595-1661

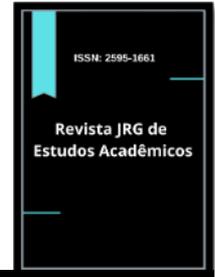
ARTIGO DE REVISÃO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



A cidade moderna sob as perspectivas de Durkheim e Weber

The modern city from the perspectives of Durkheim and Weber

DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1749

ARK: 57118/JRG.v7i15.1749

Recebido: 05/12/2024 | Aceito: 12/12/2024 | Publicado *on-line*: 13/12/2024

Juliana Rangel da Silva Primo*

<https://orcid.org/0009-0005-2457-6500>

<http://lattes.cnpq.br/7401390726158234>

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, RJ, Brasil

E-mail: jrsprimo@gmail.com

Edson Terra Azevedo Filho**

<https://orcid.org/0000-0003-4071-5150>

<http://lattes.cnpq.br/7666677740215248>

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, RJ, Brasil

E-mail: etaf@uenf.br



Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar as visões dos teóricos clássicos da Sociologia, especificamente Max Weber e Emile Durkheim, sobre o surgimento das cidades modernas. Primeiro, são destacadas as posições de Emile Durkheim e a problematização da constituição da vida coletiva numa nova experiência de socialização em ambientes de maior densidade populacional e especialização profissional. Em seguida, são analisadas as visões de Max Weber e as formas de racionalização econômica e política observadas na cidade medieval ocidental, conforme documentado em sua obra. Por fim, as considerações finais dessa investigação entre os dois clássicos da Sociologia.

Palavras-chave: Cidade. Capitalismo. Sociologia.

Abstract

This article aims to investigate the views of classical Sociological theorists, specifically Max Weber and Emile Durkheim, on the emergence of modern cities. First, it highlights Emile Durkheim's positions and the problematization of the constitution of collective life in a new experience of socialization in environments with higher population density and professional specialization. Next, it analyzes Max Weber's views and the forms of economic and political rationalization observed in the Western medieval city, as

* Mestranda no Programa de Pós-graduação do Programa de Sociologia Política - PPGSP, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF, Pós-graduada e Direito e Gestão Ambiental- Uniflu, MBA em Gestão de Projetos- Fundação Getúlio Vargas, Membro do Instituto Liberal, Membro do Instituto de Formação de Líderes, Membro do Observatório das Metrópoles, Membro participante da Academia Brasileira de Filosofia.

** Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF (CCH), Mestrado em Engenharia de Produção pela UENF (CCT) e Graduação em Administração pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor Associado na UENF do Laboratório de Engenharia de Produção – LEPROD. Diretor Financeiro da incubadora TecCampos na gestão 2016-2019.

documented in his work. Finally, the concluding considerations of this investigation between the two Sociology classics are presented.

Keywords: *City. Capitalismo. Sociology.*

1. Introdução

O desenvolvimento das cidades modernas e o surgimento da Sociologia estão profundamente interligados, inseridos num mesmo contexto histórico e social. A Sociologia emergiu como uma necessidade de estruturar um conhecimento capaz de responder aos problemas apresentados por esses complexos espaços que estavam em formação. “A sociologia nasce, portanto, como uma reflexão acerca dos contornos da nova configuração histórica – daí sua preocupação permanente em distinguir e contrapor a sociedade moderna às sociedades tradicionais” (Musse, 2012, não paginado).

Os intelectuais que compõem a primeira geração de autores da Sociologia de dedicaram em lançar luzes nessa transição de drásticas mudanças que reconfigurar a organização social. Esse momento ocorreu num contexto marcado pela desagregação da sociedade feudal e pela consolidação da sociedade capitalista. A Revolução Francesa desempenhou um papel crucial ao dismantelar as instituições que sustentavam um sistema político e econômico em declínio, assim como a Revolução Industrial alterou a dinâmica e circuito econômico e a exigência de um sistema possível de regularização das mudanças no mundo do trabalho. Liderada pela burguesia, que já possuía poder econômico e agora exigia poder político, essas mudanças marcaram o início de uma nova era, onde a crença na razão humana superava qualquer tradição religiosa.

Neste cenário de transformações profundas, o objetivo deste artigo é investigar o posicionamento de dois pilares da sociologia clássica, Emile Durkheim e Max Weber, sobre o surgimento das cidades modernas.

Através de uma metodologia, que consiste em uma pesquisa bibliográfica, realizou-se uma revisão de literatura baseada nas obras fundamentais desses autores. Este estudo busca compreender como Durkheim e Weber interpretaram as mudanças sociais e estruturais que acompanharam o desenvolvimento das cidades modernas, e como suas teorias podem ser aplicadas para entender a dinâmica da reconfiguração das organizações tradicionais para outras de orientação moderna.

2. Emile Durkheim e a Solidariedade Orgânica

O pensamento social de Émile Durkheim foi influenciado por suas leituras de Augusto Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903), autores que marcaram sua trajetória intelectual com forte acento em uma perspectiva positivista. Nascido na França em 1858, afastou-se da tradição familiar ligada ao judaísmo, escolhendo uma carreira na vida acadêmica. Formou-se em Filosofia em 1882, mas, nos anos seguintes, seu interesse voltou-se aos estudos sobre a sociedade, o que levou a mudar-se para a Alemanha, onde buscou aprofundar-se sobre a realidade social. Em 1887, retornou à França para se tornar professor na Universidade de Bordeaux e, posteriormente na Sorbonne, onde ficou até o fim da carreira. Durkheim teve papel determinante no reconhecimento da sociologia como disciplina acadêmica (Nauroski, 2023, não paginado).

Émile Durkheim, um dos precursores do processo de institucionalização da Sociologia como um campo científico autônomo, não elegeu a cidade como objeto

central de sua investigação sociológica. Contudo, a cidade em Durkheim é abordada indiretamente pelos problemas sem precedentes até então colocados pela densidade populacional em contraste com a dispersão das formas anteriores de organização social.

Com o maior número de oferta de trabalho no período póstumo à Revolução Industrial, ocorre um aumento significativo de indivíduos nessas localidades onde estão instaladas as fábricas. Durkheim (1999) investiga que essa quantidade de indivíduos em um mesmo lugar, a qual ele denomina densidade, exige maior frequência e intensidade das interações entre eles. É essa densidade que fomenta a divisão do trabalho e é condição para sua existência contínua. Em sociedades com alta densidade, observa-se um aumento na interdependência funcional dos membros, o que leva ao desenvolvimento de um outro tipo de solidariedade entre os mesmos. Essa forma de solidariedade é caracterizada pela cooperação entre indivíduos com funções especializadas, que são unidos por uma consciência coletiva menos impositiva e mais baseada na interdependência e complementaridade.

Dessa forma, a cidade é uma oportunidade para o desenvolvimento da consciência moral juntamente com o crescente compartilhamento do trabalho e sua importância econômica. Em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim irá investigar se de fato essa solidariedade entre os indivíduos nas cidades é fundamental para a integração da vida social. A respeito da dificuldade em mensurar essa solidariedade:

A solidariedade social, porém, é um fenômeno totalmente moral, que, por si, não se presta à observação exata, nem, sobretudo, à medida. Para proceder tanto a essa classificação quanto a essa comparação, é necessário, portanto, substituir o fato interno que nos escapa por um fato externo que o simbolize e estudar o primeiro através do segundo (Durkheim, 1999, p. 31).

Durkheim irá nos apontar que se existe algo visível na solidariedade social e passível de investigação para a Sociologia é o direito. E para isso, ele analisará as formas com que as leis são utilizadas para manter a ordem social. Em organizações sociais anteriores, há a predominância de um direito repressivo, que pune violações severas das normas sociais para manter a ordem. Já em organizações de maior densidade populacional, o direito predominante é do tipo repressivo, que busca restaurar o equilíbrio e resolver conflitos de maneira que a sociedade possa funcionar harmoniosamente.

É interessante observar que o livro *Da Divisão do Trabalho Social* (1999) foi publicado dois anos antes de *As Regras do Método Sociológico* (2007). No entanto, Émile Durkheim já demonstra seu método de análise dos fatos sociais e assegura a especificidade da Sociologia e seu objeto de estudo. Antes de distinguir as formas de solidariedade, Durkheim aponta que “o estudo da solidariedade pertence ao domínio da sociologia. É um fato social que só pode ser bem compreendido por intermédio de seus efeitos sociais. Se tantos moralistas e psicólogos puderam abordar a questão sem seguir esse método, foi porque contornaram a dificuldade. Eles eliminaram do fenômeno tudo o que ele tem de mais especialmente social, para reter apenas o germe psicológico de que é o desenvolvimento” (Durkheim, 1999, p. 34).

A partir dessa análise, ele irá estabelecer dois tipos de solidariedade entre as organizações sociais tradicionais e as observadas nas cidades modernas: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica (Durkheim, 1999). A solidariedade mecânica é característica das sociedades tradicionais, onde a coesão social é mantida pela homogeneidade dos indivíduos. As pessoas se sentem conectadas através de

uma consciência coletiva compartilhada, que é um conjunto de crenças e sentimentos comuns a todos os membros da comunidade. Nesse tipo de solidariedade, as pessoas desempenham funções semelhantes, e o direito repressivo é predominante, com punições severas para aqueles que desviam das normas estabelecidas.

Por outro lado, a solidariedade orgânica é típica das sociedades modernas e complexas, onde a diferenciação e a especialização do trabalho são fundamentais. Aqui, a interdependência entre as pessoas surge não por compartilharem as mesmas experiências, mas por realizarem funções distintas que são complementares. A cidade proporciona a convivência entre indivíduos que não se conhecem, e esse anonimato não deve gerar um medo que comprometa a integração social. Para tanto, o Direito Restitutivo é fundamental na manutenção da ordem e resolução de conflitos.

Assim, no espaço urbano, tal forma de solidariedade social é expressa em interdependências entre as funções que cada indivíduo ocupa na sociedade numa perspectiva do trabalho. Uma vez que cada participante é especializado em sua função, não apenas ele mantém a unidade sem a qual não seria possível, mas também garante seu desenvolvimento. Além disso, a condicionalidade das atividades de todos os outros membros é regulamentada por uma rede de normas e regulamentos, o Direito Restitutivo, mantendo a concordância mútua de todos os membros. De acordo com Durkheim, é precisamente essa teia de dependências sobre as quais a cidade é construída que mantém a ordem que permite a individualidade se desenvolver sem afetar a unidade do todo.

Durkheim (1999, p. 172) descreve, a partir de sua observação empírica, como o movimento urbano se alastra, produzindo: a) Cidades capitais: '[...] na capital, concentram-se, hoje mais que outrora, as forças ativas do governo central, as artes, a literatura, as grandes operações de crédito'; e igualmente à capital, as demais capitais das provinciais se adensam em função da concentração da administração provincial, as coletorias e as escolas; b) Cidades portos: '[...] nos grandes portos concentram-se mais que antes todas as exportações e importações'; c) Cidades comerciais: 'Centenas de pequenas praças de comércio, traficando grãos e gado, prosperam e crescem'; d) Cidades políticas: 'Ao passo que, outrora, cada cidade tinha muralhas e fossos, agora algumas grandes fortalezas se encarregam de proteger todo o país'; e) Outras tantas particularidades de cidades: 'As diferentes cidades tendem cada vez mais a certas especialidades, de tal modo que hoje as distinguimos em cidades universitárias, de funcionários, de fábricas, de comércio, de águas, de gente que vive de rendas' (Icasuriaga; Ramos, 2012, p. 269).

Os territórios em que tradicionalmente as sociedades se organizavam através da solidariedade mecânica, como clãs, tribos e aldeias, não comportavam toda a complexidade das sociedades organizadas pelas relações profissionais e políticas que se intensificavam. "Seu meio natural e necessário não é mais o meio natal, mas o meio profissional. Não é mais a consanguinidade, real ou fictícia, que assinala a posição de cada um, mas a função que ele desempenha" (Durkheim, 1999, p. 166).

A cidade torna-se o espaço propício para o desenvolvimento da diversidade de relações sociais e dos indivíduos gerados pela divisão social do trabalho. Sob uma perspectiva evolucionista de Durkheim, essa heterogeneidade requer uma legislação para resolver os conflitos decorrentes dessa nova organização social. Segundo Durkheim (1999, p. 263), "Se o trabalho se divide mais à medida que as sociedades se tornam mais volumosas e mais densas, não é porque, nelas, as circunstâncias externas sejam mais variadas, mas porque a luta pela vida é mais ardente". Nesse

contexto, o Estado deve legislar e normatizar os problemas oriundos das novas divisões do trabalho para garantir o controle social.

3. Max Weber e a Cidade Medieval Ocidental

Nascido em 1864 na cidade de Erfurt, na Alemanha, Karl Emil Maximilian Weber realizou seus estudos em Heidelberg e, posteriormente, em Berlim. Era um homem de múltiplos interesses, tendo estudado filosofia, economia, história e teologia. Em 1891, doutorou-se em Direito, e dois anos depois se casou com Marianne Schinitger. Atuou como docente por vários anos, tendo lecionado em Freiburg, Berlim e Heidelberg. Anos depois, ajudou a fundar uma das principais publicações em ciências sociais na Alemanha, Arquivo para a Ciência Social e a Ciência Política. Em viagem para os Estados Unidos, Weber entrou em contato direto com a nação mais capitalista do mundo, o que despertou seu interesse em estudar a economia e a sociedade capitalista (Nauroski, 2023, não paginado).

Max Weber, renomado intelectual alemão e figura central no desenvolvimento da Sociologia, dedicou anos à realização de uma análise histórica comparativa do desenvolvimento de cidades asiáticas e europeias, mas não chegou a publicá-la enquanto estava vivo. Em 1921, um ano após seu falecimento, seu tratado *Die Stadt. Eine soziologische Untersuchung* foi publicado (Icasuriaga; Ramos, 2012). Considerando a cidade como cenário de movimentos significativos e observando sua crescente complexidade e dependência dos fenômenos descritos na obra, a análise de Weber é essencial para entendermos o desenvolvimento histórico das cidades europeias, e é, crucial para expandirmos a discussão sobre a emergência do capitalismo moderno.

Weber, inicia o seu texto, apresentando ao leitor o quanto a cidade pode ser compreendida por uma série de diferentes definições. E irá iniciar a sua problematização a partir de uma definição comum, que é a de uma localidade com maior concentração de pessoas. Não apenas o aumento da densidade populacional, mas uma condição observada nas diferentes cidades que irá analisar. Historicamente, as primeiras cidades medievais surgiram em torno dos castelos de nobres e cavaleiros. Camponeses e artesãos, em busca de proteção, pagavam impostos e entregavam seus produtos em troca de defesa.

A localidade considerada sociologicamente significaria um estabelecimento de casas pegadas umas às outras ou muito juntas, que representam, portanto, um estabelecimento amplo, porém conexo, pois do contrário faltaria o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, que é específico da associação de vizinhança. Nesse caso só localidades relativamente grandes seriam cidades, e dependeria das condições culturais gerais o ponto a partir do qual se deveria começar a considerá-las como tais. Porém para aquelas localidades que no passado possuíam caráter jurídico de cidades não se aplica de forma alguma essa característica (Weber, 1973, p. 67).

É destacado, que o caráter permanente dessa aglomeração numa localidade específica, que não é um espaço rural, funciona como um mercado e exerce um papel econômico direto em toda à área geograficamente relacionada. Surgindo, num primeiro momento, dois tipos de cidades: a cidade consumidora e a cidade produtora (Weber, 1999). A primeira é a sede de grandes consumidores cuja renda vem de fontes hereditárias ou políticas de seus governantes, e outros títulos nobiliárquicos.

Weber recupera essa especificidade historicamente nos locais destinados aos funcionários em Pequim, como observado para os proprietários de terra em Moscou. Nesta denominação estão aquelas onde o comércio existe mas advém do monopólio de propriedades imobiliárias, onde há a presença distinta de indivíduos que negociam terras e imóveis, contribuindo para a criação de uma elite urbana.

Para Weber: a) as cidades possuem dimensões não-econômicas; b) o papel da cultura é mais importante, na notória impessoalidade das cidades, do que a sua densidade populacional; c) para entender as cidades, é preciso reconstruir as relações sociais, que são constituídas das relações inter-humanas, como também seu significado e o sistema de relações que dela decorre; d) as instituições existem como resultado do ato das pessoas; e) as relações sociais e as instituições são formas condensadas e econômicas de expressar atos conjuntos complexos de interações sociais; e f) tudo na cidade tende a se profissionalizar e que essa tendência está presente na constituição das cidades, que sempre se distinguiram de vilas e aldeias pela política econômica urbana que partia das corporações. Por isso, no entendimento do urbano, os conceitos políticos são tão importantes quanto os econômicos (Palacios, 2017, p. 148).

Quanto à cidade produtiva, é o local de instalação de fábricas, manufaturas, indústrias que produzem e exportam produtos. O ponto comum dos habitantes desses dois tipos de cidades é o fato de que o residente não satisfaz suas necessidades alimentares através do cultivo próprio em terra que lhe pertence, enquanto para a grande massa das típicas “cidades” da antiguidade, o exato oposto é verdadeiro. O cidadão antigo da cidade possui um pedaço de terra que o alimenta (Weber, 1973).

Outras determinações também modelaram o desenvolvimento urbano. Weber (1999) menciona em suas observações como o conceito de cidade apresenta outras conotações como em política econômica urbana, em território urbano e autoridades urbana, indicando a influência de categorias políticas, principalmente. Com isso, mais dois tipos de cidade são apresentados e que eram predominantes da Antiguidade à Idade Média: a cidade-principado e a cidade-fortaleza. Na cidade-principado, a atividade econômica era centrada na corte do príncipe, onde o poder político e econômico se concentrava. As funções administrativas, cerimoniais e de consumo da corte estimulavam a economia local, promovendo a produção e o comércio para atender às demandas da nobreza. Por outro lado, na cidade-fortaleza, a atividade econômica girava em torno da defesa. Essas cidades eram construídas e organizadas com o objetivo principal de proteger seus habitantes e territórios contra invasões e ataques. As fortificações, guarnições militares e a manutenção de armamentos e provisões eram essenciais.

Ao analisar historicamente estes tipos de cidade orientais e ocidentais, há uma questão fundamental que Weber está nos levando à compreensão: Por que, mesmo apresentando atividade econômica extraordinariamente intensa na cidade medieval chinesa, o capitalismo não se estabeleceu por lá? A comparação ao longo do tempo e entre diferentes regiões do mundo permitiu a Weber caracterizar uma estrutura social particular e sua evolução histórica. O que possibilitou ele apresentar a cidade medieval ocidental com as características como autonomia política, surgimento de uma classe burguesa, a emergência de uma economia de mercado relativamente livre, fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, características estas que estavam ausentes nas cidades orientais, onde estruturas sociais e políticas diferentes prevaleciam (Weber, 1999).

É possível observar como este tratado sobre a cidade de Max Weber está alinhado com sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Esta

conformidade é particularmente evidente na descrição da evolução da cidade fortificada para a cidade com economia de mercado, simbolizando a transição para a cidade medieval. Weber analisa a mudança dos laços pessoais, baseados em relações de dependência e lealdade, para os laços juridicamente estabelecidos, característicos da economia monetizada (Weber, 1999). Esta transformação é fundamental para entender a racionalização das relações sociais e econômicas que pavimentaram o caminho para o desenvolvimento do capitalismo moderno (Weber, 2005). A cidade, portanto, não é apenas um espaço físico, mas um reflexo das mudanças estruturais e ideológicas que definem a modernidade.

O que num primeiro momento possa parecer controverso, uma vez que comumente é difundido que a tese defendida por Weber é que o capitalismo floresceu através do surgimento de uma ética protestante dos calvinistas, na verdade, é uma excelente possibilidade de redimensionar o contexto apresentado pelo autor. Longe de uma relação monocausal, o que Max Weber está apresentando em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, é que o protestantismo ascético é o principal determinante religioso, embora dentro de uma pluralidade de determinantes sociais, do capitalismo. Ao rejeitar a rígida causalidade religiosa – assim como econômica –, Weber (2012) sugere relações de causa e efeito entre essas variáveis, ao afirmar que “certos traços característicos” do capitalismo devem ser atribuídos ao impacto da Reforma Protestante, emergindo como resultado desta última, mesmo que não seja o único determinante.

4. Considerações Finais

Embora epistemologicamente distintas, as abordagens de Emile Durkheim e Max Weber convergem no reconhecimento do aumento populacional em determinados espaços como ponto de partida para uma série de transformações sociais. Este fenômeno demográfico, possibilitou uma maior diversidade de relações pessoais, comportamentos, organizações, profissões e modelos político-administrativos de Estado. Durkheim, com sua análise da solidariedade orgânica, e Weber, ao examinar a autonomia política e a economia de mercado, ambos ilustram como o crescimento populacional nas cidades fomentou a complexidade social e a necessidade de novas formas de integração e regulação. Assim, apesar de suas diferenças teóricas, ambos os sociólogos contribuem significativamente para a compreensão da dinâmica social e política que emerge com o desenvolvimento urbano e a modernização das sociedades.

Com base nas conclusões desta pesquisa, algumas sugestões para investigações futuras surgem como relevantes. Uma delas é a realização de estudos comparativos mais aprofundados sobre a influência das teorias de Durkheim e Weber no contexto específico de cidades contemporâneas. Além disso, é essencial explorar como as dinâmicas urbanas atuais refletem as ideias desses sociólogos e como suas teorias podem ser aplicadas para enfrentar os desafios das cidades modernas. Também seria enriquecedor investigar a percepção dos cidadãos sobre a vida urbana à luz das contribuições de Durkheim e Weber, a fim de compreender melhor o impacto de suas teorias no cotidiano das sociedades urbanas.

Referências

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ICASURIAGA, Gabriela Lema; RAMOS, Maria Helena Rauta. Concepção de cidade na obra de clássicos da teoria social. **Temporalis**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 263-291, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3115>. Acesso em: 03 dez. 2024.

MUSSE, Ricardo. Apontamentos sobre o nascimento da sociologia. **Blog da Boitempo**, 23 nov 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/11/23/apontamentos-sobre-o-nascimento-da-sociologia/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

NAUROSKI, Everson Araujo. **Teorias sociológicas e temas sociais contemporâneos**. 2. Ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2023.

PALACIOS, Maria. Weber e a cidade. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 133-153, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/44814>. Acesso em: 5 dez. 2024.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

WEBER, Max. Conceito e Categorias de Cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 2. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1973. p. 68-89.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UNB, 1999, v.2.